

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR
Plenário

Ata da reunião

Data/hora: 06/11/2023 | 15h00

Localização: presencial (Lisboa, CampusAPP) e online (plataforma Teams)

Agenda

1- Informações (foi enviado antecipadamente documento com uma compilação)
2- Discussão e votação do Relatório 1/2023 da CNA-PRR (foi enviado antecipadamente proposta com a compilação de todos os relatórios);
3- Outros assuntos

Participantes

A lista de presenças encontra-se em anexo à ata, fazendo parte integrante da mesma.

Resumo dos temas tratados, discussões e decisões:

Ponto 1 Informações

Pedro Dominginhos mencionou neste ponto a importância que considera terem as visitas ao terreno, no sentido de identificar constrangimentos e dificuldades. Informou ainda que o website da CNA-PRR será (finalmente) disponibilizado entre os dias de hoje e amanhã e apelou uma vez mais à participação de todos os membros nas ações de comunicação e disseminação da CNA-PRR, nomeadamente através da rede social linkedIn.

Informou os membros da CNA-PRR da resposta da EMRP ao parecer da CNA-PRR (ao relatório da EMRP de 2022), cujo respetivo teor já tinha sido enviado por email a todos os membros. Esta foi uma situação de algum desconforto institucional, mas que terá ficado sanado após a reunião do Presidente da CNA-PRR com os Presidente e Vice-Presidente da EMRP e da resposta final da CNA-PRR. Indicou ainda ter interpelado (na semana anterior) o Dr. Fernando Alfaiate, relativamente à não disponibilização dos relatórios da EMRP no seu website, cuja resposta foi de que essa situação será resolvida em breve.

Informou ainda que já foi recebido o relatório da EMRP relativo ao 1º semestre de 2023, que irá ser alvo de uma proposta de parecer e enviado a todos os membros, para posterior discussão e aprovação em reunião de plenário extraordinária, considerando ser um documento que está em linha com os anteriores em termos de forma e conteúdo.



Hugo Dionísio, manifestou apreço pela disponibilização atempada da documentação. Manifestou ainda preocupação face à menor periodicidade das reuniões especializadas, que estavam a ser mais regulares e que têm tido ultimamente uma periodicidade de até 2 reuniões por ano.

Pedro Dominginhos indicou que esta foi uma situação já referenciada em várias das reuniões de Comissões Especializadas e que irá ser feita uma proposta, com calendário, incluído no próximo plano de atividades.

António Abrantes apoiou a resposta enviada pelo Presidente da CNA-PRR à EMRP, referindo a importância de se ter em consideração que a CNA-PRR se trata de um órgão colegial, pelo que a EMRP se deverá dirigir à CNA-PRR e não ao seu Presidente, em particular. Pede que ambas as missivas sejam anexas à ata deste plenário. Considera que as considerações efetuadas na resposta da EMRP ao parecer da CNA-PRR podem inclusivamente ser consideradas ofensivas à própria CNA-PRR e manifesta apoio a que os pareceres e toda a troca e missivas sejam publicados.

Pedro Dominginhos concordou com o comentário anterior e que as considerações da EMRP (nomeadamente da não legitimidade da CNA-PRR em elaborar relatórios e que estes não são documentos oficiais) não estava alinhado com o que está previsto na lei, considerando ainda que a prestação de contas deve ser realizada da forma mais transparente.

Ponto 2 Discussão e votação do Relatório 1/2023 da CNA-PRR

Pedro Dominginhos salientou a capacidade da CNA-PRR para analisar praticamente todos os investimentos previsto no PRR. Apenas não foi possível apreciar seis, seja porque não se conseguiu disponibilidade ou no caso de um deles, porque não se obteve resposta da entidade. Isto permitiu que se tenha um conhecimento mais aprofundado do que está a acontecer no terreno, que não se consegue somente com a informação financeira. Como aspetos mais críticos identificam-se as plataformas, que têm estado a atrasar a operacionalização do PRR, sendo que nalguns casos ainda continuam a estar completamente inoperacionais para reembolsos. Continuam ainda por avaliar candidaturas, com o caso mais problemático nesta data a ser o das acessibilidades 360º - Vias Públicas (desde maio de 2022), mas existem várias outras que tiveram também atraso de 8-10 meses. Outro problema é a operacionalização do IVA: em conversa com a presidente da AD&C percebeu-se como irá funcionar o mecanismo, em que a AD&C irá ser intermediário financeiro entre a AT e os beneficiários intermediários, que irão posteriormente fazer a transferência para os BF. Em reunião interministerial de dia 26/09/2023 foi prestada à CNA-PRR a informação de que estaria a ser ultimada para publicação uma portaria conjunta entre o Ministério da Presidência e o Ministério das Finanças e que iria permitir desbloquear esta situação. Um dos casos mais problemáticos, relativamente ao ressarcimento do IVA, é o das IPSS.

Quanto ao envio de propostas de alteração enviada\ s por email, irá ser acrescentado no apêndice um investimento em gestão pela CCDRLVT, tendo a CAP manifestado intenção de propor duas alterações, que apresentará na reunião.

Cláudia Costa agradeceu o empenho do Presidente da CNA, de toda a equipa e Comissão Permanente, que tem permitido ter acesso a uma série de informações que permitem

estar a par dos desenvolvimentos recentes. Propõem uma alteração de redação no caso da C05.i03, nomeadamente relativa aos polos de inovação, uma vez que é pública a posição da CAP contra a alteração orgânica envolvida.

No caso do relatório da Comissão Especializada do Território irá também fazer chegar uma proposta de redação, relacionada com o facto de que, em termos europeus, as melhorias de eficiência hídrica, no caso dos fundos para a agricultura, exigem 5% e no âmbito do PRR está a ser considerada 10%, situação que consideram não se coadunar com a realidade.

Hugo Dionísio, no que diz respeito às recomendações incluídas no relatório, há que acrescentar: a necessidade de divulgação da informação quanto à dimensão das empresas apoiadas e informações setoriais; a informação sobre a forma como os apoios se repercutem na produção nacional e como acrescentam valor; como é que o investimento na resposta pública se repercute na esfera privada e pública; como é que o emprego em geral e as qualificações são impactados pelo PRR.

Pedro Dominginhos referiu que, não havendo neste momento estudos de impacto, é ainda difícil conseguir ter informações para várias destas questões, mas está vertido na necessidade de se desenvolver um dashboard de execução global do PRR.

Óscar Gaspar considerou ser de louvar a atuação do Presidente e está confortável com a atuação da CNA-PRR. No caso do relatório da Comissão Especializada de Clima e energia, nomeadamente da C11, consideram que merece sinal de preocupante, face ao grande atraso na avaliação e assinatura de contratos e de acordo com os argumentos enviados por email. No caso do ressarcimento do IVA não dedutível, também consideram muito preocupante para as Associações empresariais, e esta questão, embora estando considerada no OE de 2023, ainda não está resolvido, do ponto de vista da operacionalização. Manifestou ainda a continuada preocupação ao nível das empresas, no que diz respeito aos pedidos de documentação para comprovativos vários nos âmbitos dos projetos PRR, dando como exemplo o caso do Banco Português de Fomento, que exige a certidão de habilitação dos donos das empresas ou o pedido de indicação do beneficiário efetivo.

Pedro Dominginhos, indicou que relativamente à questão IVA e estando marcada reunião de Comissão Interministerial para a próxima quarta-feira, será novamente levada a questão (que está também vertida nas recomendações transversais). Quanto aos beneficiários efetivos, é uma exigência da Comissão Europeia, a questão é se efetivamente o Estado já tem esta informação e está a duplicar pedidos.

Júlia Seixas, considerou ser de passar para PREOCUPANTE a C11, em virtude dos argumentos enviados por email pela CIP, que considerou ter um melhor conhecimento da situação no terreno.

José Apolinário, agradeceu os esforços para este relatório. O tema da gestão hídrica é muito importante para o Algarve, é crítico e essencial. É por isso muito importante que as áreas governativas do ambiente, da APA e de outros organismos, se organizem e comuniquem de forma regular e em consonância.

No caso da eficiência hídrica, há a necessidade de compatibilizar várias perspetivas, tais como o tipo de captação autorizada, a eficiência e o tipo de beneficiário.



Pedro Dominginhos, considerou importante tentar perceber como é que se consegue criar um aviso que responda a todas as condicionantes, no caso da eficiência hídrica nas explorações agrícolas e que vá ao encontro das necessidades.

Cláudia Costa, levantou a questão da alteração da apreciação da C08-i01.01 (AIGP e Condomínios de Aldeia), que ficou para decisão final em plenário. Alertou ainda para a nota de que no capítulo 4, se faz referência a uma realização do PRR a 17%, o que considera ser muito pouco, face ao tempo passado.

Pedro Dominginhos, referiu que, em relação à apreciação da C08-i01.01 (AIGP e Condomínios de Aldeia), olhando àquilo que tem sido desenvolvido e a meta que está definida de 2025, considera ser de manter a apreciação proposta e não agravar. Quanto à questão da execução financeira, houve uma discussão profunda sobre se a CNA-PRR se deveria ou não concentrar nos pagamentos e foi decidido que esse não deveria ser o foco.

Rogério Carapuça, considerou que as classificações são um misto do que se vê no terreno e a conversa com beneficiários intermediários e BI e os Ministérios de tutela e o que se analisa de execução. A extrapolação global de apreciação em termos financeiros é complicada, pois cada investimento vai no seu ritmo. Em termos de valores financeiros não se devem colocar na nossa apreciação, porque são apurados pela EMRP e não são monitorizados por nós. Quanto aos estudos de impacto, cabe à CNA-PRR exigir que sejam criadas condições para apurar, esses estudos de impacto, cabendo-lhe também posteriormente apreciar os indicadores propostos e se são os mais adequados.

Foram colocadas à votação e aprovadas as seguintes alterações

Na Comissão Especializada de Economia e Empresas, relativa à C05.i03, nomeadamente os polos de inovação, substituição de parágrafo (proposta da CAP)- aprovado com a abstenção da CCRDLVT.

Na Comissão Especializada de Território, na C09-i01.02C09 e relativamente à medida direcionada aos Regadios Privados, irá ser alterada a redação, para permitir deixar uma nota de que há a necessidade de alteração da legislação.

No caso da C08-i01.01 (AIGP e Condomínios de Aldeia), será mantida a proposta de apreciação.

Na Comissão Especializada de Clima e Energia, alterar a apreciação da C11- Descarbonização da indústria para preocupante, de acordo com a proposta da CIP.

Tendo sido colocada à votação final o relatório 1/2023, **foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

Ponto 3 Outros assuntos

Pedro Dominginhos reforçou a informação da conferência da imprensa para apresentação do relatório da CNA-PRR no dia 10/11 pelas 15h00, sendo o mesmo enviado para Governo, EMRP, SAFE, CAC e outras entidades. Será depois colocado online no website da CNA-PRR.

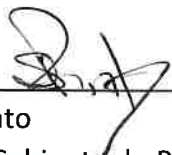
Não foram discutidos mais assuntos.

A reunião terminou pelas 16h20.

Lisboa, 6 de novembro de 2023



Pedro Dominginhos
Presidente da CNA-PRR



Sandra Pinto
Chefe de Gabinete do Presidente da CNA-PRR

Lista de presenças

Entidade	Representação na reunião	Participação		
		Presencial	Online	Ausente
ANMP-Associação Nacional dos Municípios Portugueses	Ribau Esteves		X	
AML- Área Metropolitana de Lisboa				X
AMP - Área Metropolitana do Porto				X
ANAFRE- Associação Nacional de Freguesias	Jorge Veloso		X	
CIM Alto Minho				X
CIM Alentejo Litoral	Vítor Proença		X	
CCDR Norte				X
CCDR Centro	Luís Filipe e Joaquim Felício		X	
CCDR LVT	Fernanda Marques	X		
CCDR Alentejo	Joaquim Fialho		X	
CCDR Algarve	José Apolinário e José Pacheco		X	
CES-Conselho Económico e Social				X
CGTP-Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional	Hugo Dionísio		X	
UGT				X
CIP- Confederação Empresarial de Portugal	Óscar Gaspar		X	
CCP- Confederação do Comércio e Serviços de Portugal				X
CAP- Confederação dos Agricultores de Portugal	Cláudia Costa	X		
CTP-Confederação do Turismo de Portugal	António Abrantes		X	
CRUP- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas	Maria Lurdes Rodrigues		X	
CCISP- Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos				X



CNCTI - Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação				X
CNIS- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade	Goreti Teixeira		X	
UMP- União das Misericórdias Portuguesas				X
União das Mutualidades Portuguesas				X
CNADS- Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Nuno Ribeiro da Silva		X	
CONFECOOP- Confederação Cooperativa Portuguesa				X
Governo regional da Madeira				X
Governo Regional dos Açores	Ana M. F. Reis		X	
	28	2	13	13
Membros da Comissão Permanente	Comissão Especializada (coordenação)	Participação		
		Presencial	Online	Ausente
Leonor Sopas	Economia e Empresas		X	
João Peças Lopes	Clima e Energia		X	
Carlos farinha Rodrigues	Social	X		
Rogério Carapuça	Transição Digital		X	
Júlia Seixas	Clima e Energia		X	
Álvaro Costa	Território		X	
Teresa Sá Marques	Território		X	
Pedro Dominginhos (Presidente)		X		
Sandra Pinto (chefe de gabinete)		X		

Reunião Plenária da CNA | 6 de novembro de 2023

Informações

Assunto	Observações
1. Reunião com a Comissão Interministerial	Foi realizada reunião da Comissão Permanente com a Comissão Interministerial no dia 26 de setembro, p.p. Esta reunião serviu para apresentar o ponto da situação dos progressos do PRR, nos vários investimentos, decorrente da elaboração do relatório semestral.
2. Concretização do Roteiro de Proximidade	De acordo com o Plano de Atividades foi concretizada a iniciativa 'Roteiros de Proximidade', que permitiu, desde janeiro de 2023, estar presente em 13 CIM e na Regiões Autónoma dos Açores. A discriminação destas visitas apresenta-se na listagem anexa ao Relatório. Esta iniciativa é essencial para acompanhar o desenvolvimento dos investimentos no terreno, dialogar com os atores em cada território e perceber as suas necessidades.
3. Reuniões de Acompanhamento	Foram realizadas inúmeras reuniões com os diferentes ministérios, beneficiários diretos e intermediários, para perceber o nível e desenvolvimentos dos projetos, identificar obstáculos, para além de propostas e recomendações. Foi mantida uma relação de proximidade, com reuniões frequentes com o Secretário do Estado de Planeamento e com a Ministra da Presidência.

<p>4. Elaboração de informação sistematizada e de relatórios de monitorização</p>	<p>A equipa técnica, sob coordenação, tem desenvolvido informação pormenorizada dos projetos aprovados, elaborando dossiers com discriminação ao nível territorial, até ao concelho, por investimento e componente. Esta informação é particularmente relevante nas visitas que a CNA realiza aos territórios das CIM, porquanto permite conhecer com rigor os investimentos aprovados por investimento e por concelho, que são partilhados com os Presidentes das Câmaras nas reuniões mantidas durante os Roteiros de Proximidade.</p> <p>Adicionalmente, a CNA mantém na plataforma TEAMS, informação discriminada da atividade desenvolvida, para além de manter um dossier por Beneficiário Direto e Intermediário. Existe ainda um arquivo com o resumo das reuniões e visitas realizadas.</p>
<p>5. Website da CNA</p>	<p>Foi adjudicada elaboração do Website e desenvolvidos os trabalhos para a sua concretização. Existe a previsão do lançamento público a 6 de novembro, aquando da apresentação pública do relatório.</p>
<p>6. Parecer sobre relatório semestral e anual elaborado pela EMRP</p>	<p>Na sequência do parecer ao relatório anual de 2022, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal enviou documento, que se anexa a estas informações. Na sequência deste documento o Presidente da CNA reuniu com o Presidente e Vice-Presidente da EMRP, onde reafirmou as competências da CNA, bem como a manutenção do parecer elaborado e aprovado por unanimidade em Plenário.</p>
<p>7. Presença nos OCS e intervenções públicas</p>	<p>O Presidente da CNA participou em diversos eventos públicos (seminários, workshops, apresentações de</p>

	<p>programas, inaugurações, lançamento de investimentos no âmbito do PRR, entre outras) com o objetivo de contribuir para a compreensão do PRR, dialogar com os diferentes parceiros sociais e promover a comunicação e literacia sobre esta temática. Foram ainda concedidas várias entrevistas aos meios de comunicação social (TV, imprensa e rádio) e também a revistas de natureza setorial ou profissional.</p>
<p>8. Participação na avaliação intercalar do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)</p>	<p>O Presidente da CNA participou na avaliação intercalar do MRR, encomendada pela Comissão Europeia e que está a ser concretizado pelo consórcio vencedor. Esta participação concretizada em três reuniões, duas delas de forma individual (análise global do desenvolvimento do PRR em Portugal), e outra em conjunto com peritos de quatro países (Portugal, Finlândia, Grécia e Irlanda), sobre os apoios à digitalização das PME e em particular sobre as Agendas Mobilizadoras.</p>

